

HISTÓRIA

COM

**RODRIGO
BIONE**

O Papa Paulo III (em latim: Paulus III, em Canino, 29 de fevereiro de 1500

Roma, 10 de novembro de 1549), nascido Alessandro Farnese, foi chefe

Igreja Católica e governante dos Estados papais de 13 de outubro de

1549 a morte em 1549. Ele chegou ao trono papal em uma época

sa e em 1549, ele se esforçou para fortalecer a Igreja Católica

Reforma e o Concílio de Trento. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

Religioso em 1549, a primeira reunião de terras

em 1549. Ele também apoiou o Concílio-Refo

**PROCESSO DE PROCLAMAÇÃO DA
REPÚBLICA E A REPÚBLICA DA ESPADA
EXERCÍCIOS**



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

 **Exercícios**

1. (ENEM DIGITAL 2020) Lei n. 3 353, de 13 de maio de 1888

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor

D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia-Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º ano da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 fev. 2015 (adaptado).

Um dos fatores que levou à promulgação da lei apresentada foi o(a)

- a) abandono de propostas de imigração.
- b) fracasso do trabalho compulsório.
- c) manifestação do altruísmo britânico.
- d) afirmação da benevolência da Corte.
- e) persistência da campanha abolicionista.

2. (ENEM PPL 2016) Enfermo a 14 de novembro, na segunda-feira o velho Lima voltou ao trabalho, ignorando que no entretanto caíra o regime. Sentou-se e viu que tinham tirado da parede a velha litografia representando D. Pedro de Alcântara. Como na ocasião passasse um contínuo, perguntou-lhe:

– Por que tiraram da parede o retrato de Sua Majestade?

O contínuo respondeu, num tom lentamente desdenhoso:

– Ora, cidadão, que fazia ali a figura do Pedro Banana?

– Pedro Banana! – repetiu raivoso o velho Lima.

E, sentando-se, pensou com tristeza:

– Não dou três anos para que isso seja uma República!

AZEVEDO, A. Vidas alheias. Porto Alegre, s.e, 1901 (adaptado).

A crônica de Artur Azevedo, retratando os dias imediatos à instauração da República no Brasil, refere-se ao(a)

- a) ausência de participação popular no processo de queda da Monarquia.
- b) tensão social envolvida no processo de instauração do novo regime.
- c) mobilização de setores sociais na restauração do antigo regime.

d) temor dos setores burocráticos com o novo regime.

e) demora na consolidação do novo regime.

3. (ENEM 2ª APLICAÇÃO 2016)



“Precauções que aconselhamos à Sua Alteza, o Sr. Conde D’Eu, quando tiver de visitar escolas. Se Sua Alteza imitasse o seu augusto sogro, Dom Pedro II, não teria nunca ocasião de contestar fatos históricos.”

AGOSTINI, A. *Revista Illustrada*, n. 309, 29 jul. 1882 (adaptado).

Segundo a charge, os últimos anos da Monarquia foram marcados por

- a) debates promovidos em espaços públicos, contando com a presença da família real.
- b) atividades intensas realizadas pelo Conde D’Eu, numa tentativa de salvar o regime monárquico.
- c) revoltas populares em escolas, com o intuito de destituir o monarca do poder e coroar o seu genro.
- d) críticas oriundas principalmente da imprensa, colocando em dúvida a continuidade do regime político.
- e) dúvidas em torno da validade das medidas tomadas pelo imperador, fazendo com que o Conde D’Eu assumisse o governo.

4. (ENEM PPL 2015) Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma reforma na lei eleitoral brasileira, a fim de introduzir o voto direto. A grande novidade, porém, ficou por conta da exigência de que os eleitores soubessem ler e escrever.

As consequências logo se refletiram nas estatísticas.

Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, já em 1886, pouco mais de 100 mil cidadãos participaram das eleições parlamentares. Houve um corte de quase 90 por cento do eleitorado.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Nas últimas décadas do século XIX, o Império do Brasil passou por transformações como as descritas, que representaram a

- a) ascensão dos “homens bons”.
- b) restrição dos direitos políticos.
- c) superação dos currais eleitorais.
- d) afirmação do eleitorado monarquista.
- e) ampliação da representação popular.

5. (ENEM 2014)



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. “A vida fluminense”, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org). Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

6. (ENEM PPL 2009) O fato é que a transição do Império para a República, proclamada em 1889, constituiu a primeira grande mudança de regime político ocorrida desde a Independência. Republicanistas “puros”, como Silva Jardim, defendiam uma mudança de regime que tivesse como resultado maior participação da população na vida política nacional. Mas, vitoriosos, os republicanos conservadores, como Campos Sales, mantiveram o modelo de exclusão política e sociocultural sob nova fachada. Ao “parlamentarismo sem povo” do Segundo Reinado sucedeu uma República praticamente “sem povo”, ou seja, sem cidadania democrática.

LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos Guilherme. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008, p. 552. (adaptado)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico de implantação e de consolidação da República no Brasil, é correto inferir que

- a) o republicano Silva Jardim lutava por um regime político essencialmente oligárquico, que foi adotado no Brasil ao longo da Primeira República (até 1930).
- b) o movimento republicano apresentava divisões ideológicas e defendia distintos projetos de República com a intenção de implantá-los no Brasil.
- c) o presidencialismo republicano assegurou a expansão da democracia brasileira ampliando o nível de participação política da sociedade na Primeira República (até 1930).
- d) a facilidade para a derrubada do regime monárquico explica-se pelo vigoroso apoio popular às teses republicanas e pelo desprestígio pessoal de D. Pedro II.
- e) a História do Brasil, em geral, se faz por mudanças bruscas e radicais, que transformam integralmente a fisionomia social e política do país.

7. (ESA 2022) No final do século XIX a monarquia Brasileira estava desgastada politicamente, o que resultou numa crise. Sobre os fatos ocorridos durante a crise da monarquia brasileira e Proclamação da República, pode-se afirmar que:

- a) a Igreja Católica foi a única instituição que apoiou o imperador até a sua queda.
- b) o Manifesto Republicano já havia sido lançado no final do século XVIII, pela Conjuração Carioca.
- c) a proclamação da República foi efetivada sem a participação de militares do Exército.
- d) com a abolição da escravidão, muitos senhores de escravos passaram a apoiar a causa republicana.
- e) o governo monárquico não reagiu à situação difícil que se encontrava.

8. (INTEGRADO - MEDICINA 2022) A Lei Áurea abolia a escravidão, mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito bem limitado.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 12

Com base no fragmento e sobre o fim da escravidão no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A extinção do trabalho escravo no Brasil acentuou o descontentamento dos ingleses com o governo de D. Pedro II, pois a Inglaterra era a principal fornecedora de africanos escravizados para os cafeicultores paulistas.
- b) Apesar de estar associada, exclusivamente, ao fim da escravidão no território brasileiro, a Lei Áurea também foi responsável pela criminalização da prática do racismo e pela realização de ações afirmativas.
- c) O fim da escravidão no Brasil deve ser compreendido como fruto de um processo lento e complexo, envolvendo lideranças políticas, civis, além dos próprios escravizados,

Anotações

não estando limitado a promulgação da Lei Áurea pela princesa Isabel, em 1888.

d) A expansão da lavoura canavieira no nordeste brasileiro e a participação do Brasil na Guerra do Paraguai, podem ser apontados como dois importantes motivos que justificam a resistência da elite agrícola e do Exército brasileiro, em aderir ao movimento abolicionista.

e) Uma das grandes vitórias dos proprietários de escravizados foi a obtenção do direito à indenização após a promulgação de lei que aboliu a escravidão no país, o que demonstra o alinhamento total do governo brasileiro com os interesses dos escravocratas.

9. (UECE 2021) Institutos Legais presentes em uma legislação nacional, as práticas do Beneplácito e do Padroado eram importantes representações da relação entre

a) o Estado brasileiro e o Vaticano durante a reaproximação no governo Vargas.

b) o Estado brasileiro e a Igreja Católica durante o período do império brasileiro.

c) o Estado português e o governo colonial brasileiro no período do primeiro reinado.

d) o Estado brasileiro e as igrejas cristãs não católicas durante o período regencial.

10. (ESPCEX (AMAN) 2020) Ideias republicanas estavam presentes entre os brasileiros há tempos. No século XVIII, inspiraram movimentos contra o domínio português. Em 1870, um grupo de políticos lançou, no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano. Os seguintes episódios, ocorridos na segunda metade do século XIX, abalaram o Império Brasileiro. Considerando os seguintes fatos:

I. Questão Militar.

II. Questão de Fronteiras.

III. Questão Religiosa.

IV. Questão da Cisplatina.

V. Questão Abolicionista.

Assinale abaixo a alternativa em que todas as proposições estão corretas no que se refere às questões que contribuíram para o fim do período Imperial Brasileiro.

a) I e II.

b) I, II e III.

c) I, III e V.

d) III, IV e V.

e) IV e V.

Gabarito:

10: [C]
 09: [B]
 08: [C]
 07: [D]
 06: [B]

05: [A]
 04: [B]
 03: [D]
 02: [A]
 01: [E]